

# **Decreto nº 10/2009**

# APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. Evandro Antonio Bazzo, Prefeito do Município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Leis, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município.

Publicada em 30 de janeiro de 2009

# Art. 1°. -

Fica aprovado o Regimento Interno do CAE - Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

#### Art. 2°. -

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

\_

# REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/CAE DO MUNICÍPIO DE JARDIM ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

#### **CAPITULO I**

# DAS ATIVIDADES DO CONSELHO

**Art. 1º** O Conselho de Alimentação Escolar regido pela Lei Municipal nº 892/92 de 20 de fevereiro de 1997 e alterada pela Lei nº 1003/2000 de 11 de agosto de 2000 tem como finalidade assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, tendo deu funcionamento regulado por esse Regimento Interno.

# Art.2° Compete ao Conselho de Alimentação Escolar:

 I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos á conta Programa de Alimentação escolar (PNAE);

- II Zelar pela qualidade dos produtos, em todos níveis, desde a sua aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
- III receber e analisar a prestação de contas do PNAE enviadas pela Entidade Executora e remeter ao
   Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE), com parecer conclusivo;
- IVF orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios nos depósitos e/ou escolas;
- V comunicar à Entidade Executora a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios (tais como vencimentos de prazo de validade, deterioração, desvios e furtos) para que sejam tomadas as devidas providências.
- VIE apreciar e votar, anualmente, o plano de ação do PNAE a ser apresentado pela Entidade Executora;
- VII divulgar em locais públicos os recursos Financeiros do PNAE transferidos à Entidade Executora;
- VIII- apresentar relatórios de atividades ao FNDE, quando solicitado;
- IX comunicar ao FNDE, o descumprimento das diretrizes estabelecidas pelo PNAE;
- X colaborar na elaboração do cardápio a ser adotado nas unidades escolares do município;
- **PARÁGRAFO ÚNICO -** A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do órgão de educação do município.

## **CAPÍTULO II**

# DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

- Art. 3° O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:
- I 1 (um) representante do Poder Executivo Municipal indicado pelo prefeito:
- II 1 (um) representante do Poder Legislativo indicado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal;
- III 2 (dois) representantes dos professores das escolas municipais;
- IV 1 (um) representantes de pais de alunos;
- V 1 (um) representante de pais de alunos indicado pela Associação de Pais e Mestre;
- VI 1 (um) representante da OAB/MS, sucessão de Jardim- MS.
- § 1° A cada Conselheiro efetivo corresponderá um suplente, indicado pela mesma entidade;
- § 2° A nomeação dos representantes efetivos e dos suplentes será feita mediante Decreto do prefeito, pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período, uma única

- § 3° O exercício do mandato de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.
- § 4° Dentre os membros titulares deverá ser escolhido o Presidente e vice Presidente do Conselho de Alimentação Escolar;

#### **CAPITULO III**

# DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

- Art. 4° São atribuições do Presidente:
- I Coordenar as atividades do Conselho
- III convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos membros ;
- III abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do conselho;
- IV assinar as atas uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;
- **V**⊡ conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto;
- VIE dar ciência das justificações de ausência dos membros do Conselho;
- **VII** representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros para que façam essa representação;
- **VIII -** agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais deve ter relações;
- IX assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;
- X Promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;
- XI Colocar as matérias em discussões e votação;
- **Art. 5-** O Vice Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandato de 2 (dois ) anos que poderá ser renovado;
- **PARÁGRAFO ÚNICO -** O Vice-Presidente, do Conselho, terá as mesmas atribuições do Presidente durante o tempo em que substituí-lo.

# **CAPITULO IV**

# DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

**Art. 6° -** São atribuições dos membros do Conselho:

- I∏participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;
- II comparecer nas reuniões na hora pré-fixada; m obedecer às normas regimentais;
- IVFJapreciar e votar as preposições submetidas ás deliberações do Conselho;
- VFJassinar as atas das reuniões do Conselho;
- VIFapresentar retificações ou impugnações ás atas;
- VIIFijustificar seu voto quando for o caso;
- VII apresentar a apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com suas atribuições; IXdesempenhar as funções para as quais foram designados;
- **Art.7**° ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificação, a 4 (quatro ) reuniões consecutivas do Conselho ou 4 ( quatro ) alternadas.
- § 1° O prazo para requerer justificação de ausência é de 2 ( dois ) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato.

#### **CAPITULO V**

# DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO

- **Art. 8**° Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos por um Secretário Executivo, que será designado pelo Presidente do Conselho, competindo-lhe entre outra, as seguintes atividades;
- I Secretariar as reuniões do Conselho;
- II Receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;
- **III** -Preparar a pauta das reuniões;
- IV providenciar os serviços de arquivo, estatísticos e documentação;
- V Tomar as medidas relacionadas ao transporte de alimentos;
- **VI -** Lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;
- VII recolher as preposições apresentadas pelos membros do Conselho;
- VIII registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;
- IX Anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;
- X Distribuir n aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;

#### **CAPITULO VI**

#### DAS REUNIÕES

- **Art. 9°-** As reuniões do Conselho de Alimentação escolar serão realizadas na sede da Gerência de Educação, podendo entretanto por decisão do seu Presidente ou do Plenário, realizar se em outro local:
- Art. 10 as reuniões serão;
- I Ordinárias, de dois em dois mês, em data a ser fixada pelo Presidente;
- Extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 ( quarenta e oito) horas, pelo
   Presidente, mediante solicitações de pelo menos um terço de seus membros efetivos.
- **Art. 11.** As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de, no mínimo, metade mais um de seus membros.
- § 1° Se, no horário do início da reunião não houver quorum suficiente, será aguardado 30 (trinta) minutos a composição do número legal.
- § 2° Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja quorum o Presidente do Conselho convocará nova reunião, que se realizará no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas e no máximo de 72 ( setenta e duas ) horas.
- **Art. 12** A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz, mas sem voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

# **CAPITULO VII**

# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **ART. 13 -** Este Regimento Interno poderá ser alterado, mediante deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros.
- **Art. 14 -** As decisões serão tomadas mediante deliberação de maioria simples, salvo as exceções previstas neste Regimento.
- **Art. 15-** O Conselho de Alimentação Escolar, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos.
- **Art. 16 -** Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do Presente Regimento serão resolvidas pelo Presidente do Conselho.
- **Art. 17-** O presente Regimento Interno deverá entrar em vigor na data de sua homologação, revogando as disposições em contrário.

# Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Jardim, em 30 de Janeiro de 2009.

# **EVANDRO ANTONIO BAZZO**

# **Prefeito Municipal**